

Carta deixa aborto para lei e facilita divórcio

A Constituinte decidiu reduzir os atuais três anos para somente um, o prazo de separação judicial para divórcio e deixou a possibilidade de posteriormente uma lei vir instituir o aborto no País. Após a votação do texto do acordo sobre o capítulo da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, foram rejeitadas várias emendas que pretendiam restringir o divórcio e estabelecer a proteção à vida desde a sua concepção.

Na sessão que se seguiu à aprovação do capítulo, até o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidente da Constituinte, foi obrigado a votar pela primeira vez desde que se iniciou a apreciação do projeto constitucional em primeiro turno. Ulysses deu seu voto de minerva ao resultado da votação de uma emenda do senador Ruy Bacelar

(PMDB-BA), que concedia isenção de imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria, reformas ou pensões para os idosos acima de 65 anos. O resultado da votação deu empate — 173 contra e 12 abstenções — o voto de Ulysses, contra a emenda, não influiu no resultado, já que a proposta foi rejeitada por falta de quorum.

Apesar do acordo global sobre o texto, alguns constituintes ainda insistiram em apresentar emendas. O deputado Chagas Duarte (PFL-RR) apresentou uma emenda estabelecendo que o casamento é indissolúvel. A proposta foi rejeitada por 323 votos contra 54 e 24 abstenções. O deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO) também tentou apresentar uma emenda fixando que lei limitaria o número de divórcios, mas teve que retirá-la, emocionado, diante dos apelos do plenário. Os constituintes rejeitaram também uma emenda do deputado Sotero Cunha (PDC-RJ), que estabelecia o princípio de proteção à vida desde a sua concepção. A emenda recebeu 231 votos contrários contra 123 e 22 abstenções.



Os índios ontem fizeram manifestações silenciosas para mostrar que não queriam interferir nas negociações sobre seus direitos

Código Penal em vigor proíbe

O texto da futura Constituição não proíbe o aborto, mas enquanto não forem elaboradas as novas leis do País continuará em vigor o Código Penal, que só permite essa prática quando existir gravidez de risco ou causada por estupro. O divórcio também receberá uma nova regulamentação, que poderá limitar ou não o número de vezes, mas obedecerá, obrigatoriamente, os prazos constitucionais, que foram reduzidos de três para um ano de separação judicial e de cinco para dois anos a de fato e comprovada.

A redação dada aos dois textos permite interpretações flexíveis, sendo que a do aborto se diferencia da do divórcio pelo fato da matéria não ser remetida para lei ordinária. Assim, caso não seja elaborada uma lei específica ou se os defensores do aborto conseguirem evitar que a matéria conste da nova redação do Código Penal ele estará automaticamente legalizado, com base em um princípio jurídico que descriminaliza todas as práticas, que não estiverem detalhadas na legislação ou na Constituição. Nesse caso, prevaleceria apenas o princípio que estabelece que "o planejamento familiar é livre decisão do casal".

Inovações
O capítulo da Família, da Criança,

Direito indígena sairá hoje

As lideranças partidárias aderiram para hoje de manhã a negociação do capítulo referente ao direito dos índios. Apesar da presença de representantes de mais de 30 nações indígenas na sala de reuniões das lideranças do PMDB na Constituinte, o Centrão não aceitou ainda suprimir o artigo que exclui os índios aculturados dos direitos reconhecidos naquele capítulo.

Com adornos e pinturas de festa, com predominância do verde e amarelo para mostrarem que são parte integrante do Brasil, os índios fizeram um dos lobbies mais silenciosos da Constituinte. Todos os representantes preferiram não interferir nas negociações e se negavam a dar entrevistas, argumentando que não queriam fazer pressão direta sobre os constituintes.

Consenso
Otimistas, eles acreditam que hoje o Centrão irá aceitar a

A Nova Carta

A íntegra do texto aprovado ontem pela Assembleia Nacional Constituinte:
Título VIII — Da Ordem Social
Capítulo VII — Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso.
Art. 261 — A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
§ 1º — O casamento é civil e gratuito a celebração. O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.
§ 2º — Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar. A lei facultará a sua conversão em casamento.
§ 3º — Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
§ 4º — Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.
§ 5º — O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, nos casos expressos em lei, após prvia separação judicial por mais de um ano ou comprovada separação de fato por mais de dois.
§ 6º — Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
§ 7º — O Estado assegura a assistência à família na pessoa dos membros que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito dessas relações.
Art. 262 — É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
§ 1º — O Estado promoverá, conjuntamente com entidades não governamentais, programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, obedecendo aos seguintes princípios:
I — percentual dos recursos públicos destinados à saúde será aplicado na assistência de saúde materno-infantil;
II — serão criados programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.
§ 2º — É garantido o direito da criança e do

ca, do Adolescente e do Idoso fortaleceu um princípio aprovado no dos Direitos e Garantias Individuais que estabelece a igualdade de direitos e deveres são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher na sociedade conjugal. Além disso, reconhece o direito dos filhos, hoje considerados ilegítimos, que é reforçado com o princípio da paternidade responsável. Com isso, a lei regulamentará os critérios para essa legitimação e garantirá, a esses filhos, o recebimento de pensão, herança e salário-família.

Apesar de ter sido aprovado no Capítulo dos direitos políticos o voto aos dezoito anos, foi aprovado ontem um dispositivo que mantém os menores de dezoito anos inimputáveis penalmente. A idade mínima para a entrada no mercado de trabalho será de 14 anos, sendo assegurado ao menor a garantia dos direitos previdenciários e trabalhistas como também o acesso à escola.

Outra inovação da Constituinte diz respeito ao dever dos filhos maiores ampararem os pais na velhice, carência e enfermidade. Isso significa que um pai, que não tenha condições de se manter financeiramente, poderá recorrer judicialmente, através de um mandato de injeção, para fazer valer os seus direitos constitucionais. (Carmem Kozak)

proposta da Frente Parlamentar de Defesa do Índio que assegura o direito territorial a todos os índios, cabendo a cada tribo a responsabilidade de excluir aqueles que possam ser considerados "para o homem branco" — segundo o deputado José Carlos Sabóia (MA) — como aculturados.

Já existe consenso, no entanto, no que diz respeito à demarcação das terras indígenas. O conceito anterior, que previa o direito de posse "nas terras imemorais" foi substituído pelas "tradicionalmente ocupadas pelos índios". Não é mais exigido também que eles as habitem permanentemente, que segundo o deputado Tadeu França (PR) — o coordenador da Frente — representava "o estado de sítio em um texto genocida". A proposta a ser analisada hoje é de autoria dos deputados Jarbas Passarinho (PDS-PA), Alceni Guerra (PFL-PR) e Fábio Feldman (PMDB-SP). Essa composição, segundo Tadeu França, facilitará o acordo.

Plenário muda o conceito de família

A sociedade, a família e, principalmente, o Estado devem assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação; aos idosos, garantias de amparo (inclusive nas doenças fatais) e aos deficientes físicos programas de eliminação de preconceitos, facilitando o ingresso no mercado de trabalho. Estas são algumas das conquistas obtidas pelas minorias, com aprovação do texto sobre o capítulo da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, ontem, pela Constituinte.

A celebração do casamento civil passa a ser gratuito e de acordo com a nova lei, o matrimônio religioso terá efeito civil. Pelo texto aprovado por 435 votos favoráveis, oito contrários e nove abstenções, a mãe solteira ou o pai separado, com seus descendentes, são elevados à categoria de entidade familiar. "Esta é a mais moderna legislação familiar existente no mundo", salientou, da tribuna, o senador Nelson Carneiro (PMDB/RJ), que conseguiu sensibilizar o relator, Bernardo Cabral, para o seu parecer favorável à aprovação da fusão de emendas fruto do acordo.

O deputado Samir Uchôa (PMDB/SP), sob protestos do plenário, subiu à tribuna para condenar o acordo, principalmente por não aceitar que menores de 16 anos fossem considerados penalmente inimputáveis. "É uma aberração, pois enquanto estas crianças ganharem o direito do voto, os marginais e infratores juvenis ficaram impunes perante a Justiça", protestou. Do plenário, o pefelista Eraldo Tinoco apartou o constituinte, frisando que o erro foi conceder direito ao voto aos menores e não a imunidade processual.

Pelo texto aprovado, será punido criminalmente todo aquele que abusar, violentar e explorar sexualmente a criança e o adolescente, ao passo que o Poder Público deverá promover assistência jurídica para o acolhimento e guarda de crianças abandonadas. Os pais têm o dever de criar e educar os filhos menores, mas os filhos maiores têm também a obrigação de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. O Estado deverá executar programas de amparo aos idosos, preferencialmente em seus lares, assegurando sua participação na comunidade e garantindo-lhes direito à vida, além do transporte urbano gratuito para todos maiores de 65 anos.

CPI convoca armador para depor terça

A CPI da Corrupção marcou para a próxima terça-feira o depoimento do armador Richard Kliem, presidente da Transroll Navegação, para explicar por que sua empresa é mais beneficiada que as outras com favores do Ministério dos Transportes. O armador, que trabalha com cargueiros fretados por ter um único navio, é acusado de ter conseguido um empréstimo em dólar do BNDES para ser pago com recursos do Fundo da Marinha Mercante. Para o próximo dia seis, a CPI marcou o depoimento do ex-ministro dos Transportes, Cloraldino Severo, a quem os senadores reputam como um dos homens mais bem informados sobre as irregularidades da Marinha Mercante. A CPI quer que ele conte tudo o que sabe sobre a formação do Fundo que atualmente beneficia os armadores com um incentivo de US\$ 262 milhões. Na próxima semana, o plenário do Senado vota a convocação do ministro José Reinaldo Tavares, para falar sobre o mesmo Fundo da Marinha Mercante.

Planalto sabe que o mandato só será decidido na quarta

O porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Almeida Santos, disse ontem, no início da noite, que "há um otimismo discreto", no Palácio do Planalto, de que a votação do mandato do presidente José Sarney ocorra ainda esta semana.

A declaração do porta-voz não quer dizer exatamente o que diz: o Palácio não admite, publicamente, mas o presidente José Sarney já não trabalha com a possibilidade de que o seu mandato seja definido antes de quarta-feira da semana que vem.

O Conselho Político e o Presidente da República, acham melhor, por uma questão de tática política, mobilizar os constituintes favoráveis aos cinco anos a partir do início da próxima semana.

Eles temem que a manutenção do estado de mobilização durante todo o final de semana seja inútil e até prejudicial. Um descanso, com feriado na segunda-feira, renovaria as forças e o ânimo dos cincoanistas.

De qualquer forma, o trabalho de convencimento continuará. O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, esteve ontem no

Palácio do Planalto, e disse ao presidente José Sarney que a tese dos cinco anos pode ganhar mais um voto: o do senador Ronan Tito.

O senador nega, mas o governador, de Minas diz que ele "está quase convencido". E explica porque: "A região dele não foi discriminada. O Estado está investindo muito no Triângulo mineiro".

O voto do senador Ronan Tito para o mandato de cinco anos, segundo Newton Cardoso, seria um reconhecimento aos benefícios levados pelo Governo à região do Triângulo. Mas, observou, "se ele não votar com os cinco anos continua meu amigo".

O governador de Minas Gerais também não acredita que a votação do mandato do presidente José Sarney possa acontecer esta semana: "Eu acho a votação agora quase impossível, até porque estamos às vésperas de um feriado".

Quando a divisão do Estado de Minas Gerais, Newton Cardoso disse que ela não acontecerá, porque o povo é contra a ideia. O presidente José Sarney também ressaltava que a questão deve ser resolvida pelos mineiros. (Celsom Franco)

Votos liberam a verba

Recife — Três dias depois de ter conquistado dois votos novos na bancada federal do PMDB de Pernambuco para o mandato de cinco anos — os deputados Fernando Bezerra Coelho e José Carlos Vasconcelos — o presidente Sarney mandou liberar uma das verbas mais esperadas pelo governador Miguel Arraes e pelo prefeito Jarbas Vasconcelos: R\$ 6 bilhões do Projeto Recife.

O projeto já aprovado em todas as áreas do governo inclusive com a alocação de recursos determinada antes mesmo das medidas de contenção do déficit público, estava retido na mesa do ministro Prisco Viana desde dezembro. Muitas negociações foram feitas e nada deu resultado. Quarta-feira, porém, quando estava em Brasília mais uma vez em busca de recursos, o prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, foi informado pelo próprio ministro que a verba estava à disposição.

"Fui muito bem recebido por um ministro que me tratou bem e demonstrava alegria", afirmou ontem Jarbas ao chegar em Recife com um documento debaixo do braço para ser assinado pelo governador Miguel Arraes e enviado imediatamente para Brasília. Prisco Viana

pediu ao próprio prefeito que, para apressar a liberação, ele mesmo conduzisse a Recife o documento e o devolvesse com urgência: "Jarbas, como está difícil eu ir agora a Pernambuco e o Arraes vir a Brasília você pode levar o documento", disse o ministro ao prefeito.

Jarbas havia chegado a Brasília em desespero. Levava um documento mostrando que estava devendo a empreiteiros pernambucanos R\$ 1 bilhão relativo a obras do Projeto Recife já contratadas e algumas feitas por autorização do próprio governo. "Eu pensava em desistir quando recebi uma boa notícia. O prefeito disse que Prisco Viana argumentou que o atraso havia decorrido de problemas burocráticos com o Banco Central. Embora não tenha feito qualquer declaração a respeito, Jarbas comentou com assessores que a liberação dos recursos só tem uma explicação: "O Governo já está certo dos cinco anos de mandato e está agora querendo fazer as pazes para poder atravessar sem problemas os últimos meses de administração".

O prefeito acha que Sarney não liberou o dinheiro em busca de cooptação: "Em Brasília e no Planalto todos sabem que nunca ardeei pé da minha disposição de lutar pelos quatro anos de mandato", argumentou.

Quatroanistas admitem que já perderam

A perspectiva de só votar o mandato do presidente José Sarney na próxima semana não causa grandes esperanças aos quatroanistas, na conquista de votos para esse mandato, já que eles estão convencidos de que a aprovação dos cinco anos é irreversível na atual conjuntura. O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, não acredita na mudança do resultado com o adiamento da votação.

Covas destacou que havendo acordo para a votação do capítulo que trata dos índios, último do título VIII, a votação das disposições transitórias poderá ser iniciada na terça-feira, e, naquele mesmo dia, ser definido o mandato do presidente Sarney. Ele observou que o início da votação das disposições transitórias na próxima semana, serve, inclusive, para a definição do processo de votação a ser adotado para aquela parte da Constituição.

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, considerou o adiamento muito bom. Argumentando que nestes dias até a votação do mandato os quatroanistas continuarão o trabalho, no sentido de conseguirem novas adesões para essa bandeira embora, acredite que dificilmente mudarão o resultado da votação.

Arinos recusa relatar caso de Chiarelli

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ) não aceitou sua designação como relator da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, na questão referente ao pedido de destituição do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) da Comissão de Fiscalização e Controle, feito pelo líder do PFL, senador Marcondes Gadelha (PB). Em carta enviada ao presidente da Comissão, senador Alfredo Campos (PMDB-MG), Afonso Arinos agradece a "honrosa designação", mas se diz "impossibilitado" de atendê-la por já se haver "engajado em uma das soluções em confronto".

Confirmando sua intenção de só decidir a controvérsia depois da votação do mandato do presidente Sarney, Alfredo Campos afirmou ontem que só designará novo relator na terça-feira que vem. Ele alegou ter recebido ontem mesmo a carta de Arinos e ter que "examinar cuidadosamente" a escolha do novo relator, acrescentando ainda que esta escolha também não poderia se dar hoje por ser "sexta-feira um dia morto" no Congresso. Como segunda-feira é feriado, a escolha fica para terça-feira, e a decisão final provavelmente para "quinta-feira ou sexta-feira". Alfredo Campos admitiu ainda a possibilidade de avocar para si a função de relator.

Manobra

O impedimento de Afonso Arinos não surpreende: ele foi um dos signatários de documentos de repúdio à liderança de Marcondes Gadelha, que assumiu a função após colher a assinatura da maioria da bancada pefelista no Senado. Essa maioria foi obtida com a assinatura do próprio Gadelha e de mais outros sete senadores pefelistas, e logo em seguida o presidente do partido, senador Marco Maciel, encabeçou documento com assinatura dos sete senadores solidários a Chiarelli, entre os quais Afonso Arinos, que se pronunciaram em desacordo com a atitude de Gadelha e declararam que não se sentiam comprometidos com sua liderança.

A atitude de Alfredo Campos foi uma manobra para protelar o parecer da Comissão.

Data não mudará a tendência

Uma disputa aparentemente insólita transformou-se na questão central de uma batalha cujo resultado todos reconhecem estar antecipadamente definido: a data da votação da duração do mandato do presidente José Sarney. Os partidários dos quatro anos, que admitem abertamente a derrota da sua proposta, recorrem a argumentos pouco consistentes, para explicar porque só querem votar o mandato na próxima semana. Já o Governo tem pressa e mobilizou sua tropa parlamentar para a votação ainda esta semana, embora o adiamento por alguns dias não afete realmente nada, pois, em qualquer hipótese, o mandato será votado antes da viagem de Sarney aos Estados Unidos. As justificativas mais convincentes para a pressa governamental estão em

outro front — a anistia aos militares. Os ministros militares gostariam de ver essa questão votada com o deputado Ulysses Guimarães dirigindo a sessão e Sarney no Planalto.

Entre os comandantes militares recorda-se a tumultuada reunião da Comissão de Sistematização que votou, em clima emocional, a anistia. Eles receiam que a ausência de Ulysses, no exercício interino da Presidência da República, possa facilitar tumultos e afetar o resultado da votação.

Outra justificativa plausível para o jogo do Planalto é a dificuldade de mobilização dos constituintes governistas: há muitos parlamentares que exigem a cada votação um trabalho especial para trazê-los a Brasília.